



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

PARECER PGE/MALV Nº 120/2009
Processo nº 02501.000625/2006-50

Recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos provenientes do setor elétrico. Art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação conferida pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000. Solicitação para que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos determine a aplicação de 7,5% na agência de bacia para despesas de implantação e custeio. Competência da Consultoria do Ministério do Meio Ambiente para manifestação jurídica conclusiva.

Trata-se de processo encaminhado a esta Procuradoria-Geral, pela Superintendência de Apoio a Gestão de Recursos Hídricos, para análise “quanto à existência de previsão legal para a determinação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH da destinação de aplicação dos recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso da água paga pelo setor elétrico na bacia do rio São Francisco”.

2. Inicialmente é importante salientar que a matéria sob exame vem sendo discutida pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do CNRH. Sendo assim, o órgão jurídico para emitir qualquer posição conclusiva sobre a demanda é a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente. Isso se deve, pois, além de ser o órgão de assessoramento jurídico do CNRH, o art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação conferida pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, determina o pagamento pelo uso dos recursos hídricos ao **Ministério do Meio Ambiente** no percentual de setenta e cinco centésimos sobre o valor da energia elétrica produzida, que deverão ser aplicados em conformidade com o art. 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

3. Contudo, entende-se necessária uma abordagem preliminar do tema, com a indicação de dispositivos legais que apontam para a ilegalidade da pretensão, de modo que a área técnica desta

Agência disponha de elementos jurídicos que oriente sua tomada de decisão. Outrossim, frisa-se que após a passagem pela CTCOB, a matéria, seguindo seu trâmite normal, será encaminhada à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, em que esta Procuradoria-Geral se faz presente.

4. Determina o art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997:

***Art. 22.** Os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:*

***I** - no financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;*

***II** - no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.*

***§ 1º** A aplicação nas despesas previstas no inciso II deste artigo é limitada a sete e meio por cento do total arrecadado.*

***§ 2º** Os valores previstos no caput deste artigo poderão ser aplicados a fundo perdido em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo de água.*

5. Ao disciplinar sobre a forma como os valores decorrentes do uso de recursos hídricos serão utilizados, o legislador indicou que este serão aplicados “prioritariamente” na bacia em que foram gerados e que os gastos com despesas de implantação e custeio administrativos estão limitados a sete e meio por cento. Os responsáveis pela aplicação desses recursos foram definidos em dispositivos legais diversos, como o art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, que atribuiu ao Ministério do Meio Ambiente a responsabilidade pela aplicação dos recursos provenientes do setor elétrico.

6. O art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, dispõe:

***Art. 35.** Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:*

***I** - promover a articulação do planejamento de recursos hídricos com os planejamentos nacional, regional, estaduais e dos setores usuários;*

***II** - arbitrar, em última instância administrativa, os conflitos existentes entre Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos;*

***III** - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;*

***IV** - deliberar sobre as questões que lhe tenham sido encaminhadas pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos ou pelos Comitês de Bacia Hidrográfica;*

***V** - analisar propostas de alteração da legislação pertinente a recursos hídricos e à Política Nacional de Recursos Hídricos;*

VI - estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

VII - aprovar propostas de instituição dos Comitês de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

VIII - (VETADO)

IX – acompanhar a execução e aprovar o Plano Nacional de Recursos Hídricos e determinar as providências necessárias ao cumprimento de suas metas; (Redação dada pela Lei 9.984, de 2000)

X - estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso.

7. Nota-se que não há nas atribuições do CNRH a competência para determinar ao Ministério do Meio Ambiente que destine 7,5% do valor total dos recursos financeiros advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos pagos pelo setor elétrico na Bacia do São Francisco, à agência de bacia para despesas de implantação e custeio.

8. Por fim, destaca-se que, em que pese ser o Ministério do Meio Ambiente o Órgão competente para a aplicação dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico, esses recursos vêm sendo repassados a esta Agência por autorização do art. 22, I, da Lei nº 9.984, de 2000. Além disso, as prioridades de aplicação desses recursos vêm sendo definidas pelo CNRH em articulação como os Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme o art. 21, §4, da Lei nº 9.984, de 2000.

9. Logo, entende-se que a pretensão do Comitê de Bacia do Rio São Francisco é desarrazoada e deve ser rejeitada por esta Agência nas reuniões do CNRH, haja vista a falta de amparo legal.

É o parecer.

À consideração superior.

Brasília, 8 de maio de 2009.

Mauricio Abijaodi Lopes de Vasconcellos
Procurador Federal

Aprovo. Encaminhem-se à SAG.

Emiliano Ribeiro de Souza
Procurador-Geral